



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 15/2017/TCM-PA

Ementa: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO, JUNTO À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, DO NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS – NUFOP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II e VI da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º; 15, VII e 79, §1º, do Ato nº. 18, de 12 de janeiro de 2017**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO a necessidade de alcançar melhores parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade nos resultados de fiscalização do TCM-PA, alinhados ao Plano Estratégico 2015/2030 e Plano Gestor do biênio 2017/2018 do TCM-PA;

CONSIDERANDO o resultado da aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), mais especificamente quanto ao controle externo e a fiscalização de obras e serviços públicos de engenharia;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da estrutura de controle externo, quanto à fiscalização de obras e serviços públicos de engenharia, a modelos ora vigentes, consignada por meio de boas-práticas, junto a outros Tribunais de Contas do Brasil;

CONSIDERANDO que, a execução de obras e serviços públicos de engenharia, representa uma das mais importantes atividades da Administração Pública e nas quais são aplicadas relevante parcela dos recursos públicos geridos;

CONSIDERANDO à busca de medidas, destinadas a minimizar os riscos das Administrações Públicas Municipais cometerem falhas, irregularidades, desperdícios de recursos, abusos administrativos, práticas deficientes e antieconômicas, além de atos ilícitos, na contratação e execução de obras públicas;

CONSIDERANDO as tratativas de credenciamento deste TCM-PA, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para fiscalização dos recursos repassados às Prefeituras Municipais do Estado do Pará, sendo, para tal, indispensável a estruturação de departamento especializado e treinado em fiscalização de obras;



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

CONSIDERANDO a necessidade de se melhorar o acompanhamento e análise dos documentos encaminhados, pelos jurisdicionados, junto ao Mural de Licitações, deste Tribunal, referentes aos procedimentos licitatórios para realização de obras e serviços públicos de engenharia;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar respostas tempestivas e eficientes às demandas sob jurisdição desta Corte de Contas, em benefício da sociedade, dando eficácia no cumprindo das competências consignadas, junto à Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), destacadamente nos termos do art. 1º, incisos VII, VIII, IX, e §1º c/c art. 31.

RESOLVE:

APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO, JUNTO À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, DO NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS – NUFOP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:

Art. 1º. Fica criado, na estrutura organizacional do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o **Núcleo de Fiscalização de Obras Públicas – NUFOP**, unidade de controle externo, especializada em fiscalização de obras e serviços públicos de engenharia e atividades afins, realizadas pelos jurisdicionados.

Art. 2º. O **NUFOP** é subordinado, diretamente, à Presidência do TCM-PA e dará apoio a todos os Gabinetes dos Conselheiros e Controladorias de Controle Externo, principalmente quanto ao exame das licitações, contratos, convênios e denúncias/representações, que envolvam obras e serviços públicos de engenharia.

Art. 3º. O **NUFOP**, no exercício de suas atribuições, observará as disposições constitucionais e legais, bem como os atos normativos expedidos pelo Tribunal.

Art. 4º. Compete ao Núcleo de Fiscalização de Obras Públicas – NUFOP:

- I** – Coordenar, orientar e planejar as atividades de fiscalização das obras e serviços públicos de engenharia, licitados, executados ou contratados por órgãos ou entidades sujeitas ao controle externo exercido pelo Tribunal;
- II** – Fiscalizar os atos, procedimentos e despesas com obras e serviços públicos de engenharia, realizados por órgãos ou entidades sujeitas ao controle externo exercido pelo Tribunal, quanto à legitimidade, legalidade, economicidade e razoabilidade;
- III** – Subsidiar, através de relatórios de fiscalização de obras e serviços públicos de engenharia, a análise das prestações de contas anuais, realizados por órgãos ou entidades sujeitas ao controle externo exercido pelo Tribunal ou, ainda, nos processos de Tomadas de Contas Especiais, instaurados na forma regimental;



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- IV** – Prestar apoio às Controladorias, participando, quando solicitado, do planejamento e da execução de projetos ou atividades pontuais que demandem conhecimentos especializados ou específicos de sua área de atuação;
- V** – Fornecer subsídios para a elaboração de indicadores de desempenho de sua área de atuação, bem como avaliar e monitorar o cumprimento desses indicadores;
- VI** – Acompanhar os trabalhos de criação e atualização de manuais e de procedimentos afetos à área de fiscalização de obras públicas e cartilhas e manuais técnicos voltados à orientação dos jurisdicionados;
- VII** – Acompanhar e monitorar as informações enviadas pelas Unidades Jurisdicionadas, via *Sistema Geo-obras/TCM-PA*, com elaboração de relatórios gerenciais trimestrais, evidenciando os indícios de irregularidades e a intempestividade do envio;
- VIII** – Prestar apoio técnico a Diretoria de Informática, para gestão tecnológica do *Sistema Geo-obras/TCM-PA*;
- IX** – Apresentar propostas de programas de capacitação de seu corpo técnico e manter intercâmbio técnico com outros órgãos de controle externo ou entidades correlatas à área de engenharia e arquitetura;
- X** – Acompanhar as diretrizes definidas no PPA, dentro da sua área de atuação;
- XI** – Responder às solicitações encaminhadas ao Tribunal, pertinentes à sua área de competência;
- XII** – Planejar, coordenar e supervisionar suas ações, definindo objetivos e metas, de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pela Presidência, Gabinetes dos Conselheiros e Controladorias e pelo Plano Anual de Fiscalização, aprovado pelo Plenário;
- XIII** – Consolidar as informações prestadas, por meio de relatórios de atividades trimestrais e anual a ser encaminhado à DIPLAN e Presidência;
- XIV** – Analisar os editais e procedimentos licitatórios, atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, contratos, termos aditivos, ajustes, convênios e demais atos da Administração Pública Municipal, relacionados a obras ou serviços de engenharia;
- XV** – Manter atualizada a base de informações técnicas e legislação, com vistas a subsidiar o exame e a deliberação sobre os processos sujeitos à sua fiscalização;
- XVI** – Fornecer subsídios para a proposição de programas de intercâmbio de conhecimentos ou de ação conjunta com órgãos ou entidades, cujas competências se correlacionem com as matérias pertinentes a sua área de atuação;
- XVII** – Examinar, mediante provocação do Conselheiro-Relator ou do Tribunal Pleno, os recursos interpostos contra decisões do TCM-PA, proferidas em processos de sua competência;
- XVIII** – Dar ciência aos Gabinetes dos Conselheiros, quando tomar conhecimento de irregularidade ou de ilegalidade que possam ocasionar dano ou prejuízo à Administração Pública;
- XIX** – Emitir notas e pareceres técnicos sobre matéria de sua competência, submetendo-as a deliberação do Tribunal Pleno.



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 5º. Compete, ainda, ao Núcleo de Fiscalização de Obras Públicas – NUFOP:

- I** – Planejar, coordenar e executar as auditorias em obras e serviços públicos de engenharia nas áreas de infraestrutura (obras rodoviárias e de saneamento básico), edificações (construção de prédios públicos), atendendo aos critérios de risco, relevância e materialidade e com ênfase no exame *a priori*, desde de sua fase de planejamento (projetos básicos e/ou executivo), passando pela etapa de licitação e em tempestividade com a sua execução contratual, até a emissão dos termos de recebimento;
- II** – Complementar, em relação aos aspectos de engenharia, o exame dos editais de licitação, a cargo de unidade técnica específica;
- III** – Propor, em articulação com as Controladorias, plano de auditoria e fiscalização de obras e serviços de engenharia;
- IV** – Realizar fiscalização por meio de acompanhamento, levantamento, monitoramento quanto ao cumprimento das decisões do Tribunal, inspeção, auditoria ou outro procedimento de controle externo previsto no Regime Interno, relativos à sua área de atuação;
- V** – Manter sistemática apropriada para assegurar a coleta, o armazenamento e a atualização das bases de informações gerenciais, de forma a propiciar análises, avaliações ou relatórios sobre suas atividades, metas ou indicadores de desempenho;
- VI** – Fornecer subsídios para a definição de metas para a Controladoria, em consonância com o planejamento estratégico e com as diretrizes do Tribunal, monitorando e avaliando os resultados, bem como promovendo os ajustes necessários;
- VII** – Orientar os órgãos fiscalizados pelo TCM-PA, quanto ao cumprimento da legislação em vigor;
- VIII** – Realizar visitas técnicas, mediante determinação dos Conselheiros-Relatores, bem como atuar, junto às inspeções e auditorias, determinadas pelo Tribunal Pleno, promovendo o acompanhamento e monitoramento relacionados à área de atuação, na forma regulamentada em ato próprio;
- IX** – Manifestar-se nos processos referentes às consultas, denúncias, solicitações e outros relacionados com a sua área de atuação, inclusive a instrução dos processos referentes a pedidos de inspeção e auditoria, quando demandado pelo Conselheiro-Relator e o Tribunal Pleno.
- X** – Acompanhar a alimentação, pelos jurisdicionados, do *Sistema Geo-obras/TCMPA* e Mural de Licitações, referentes as obras que serão licitadas e contratadas.

Art. 6º. Na realização de auditorias, em articulação com as Controladorias, junto a licitações, contratos e convênios, que tenham por objeto obras e serviços públicos de engenharia, serão considerando os seguintes elementos:

- I** – A programação anual de fiscalização;
- II** – A relevância dos achados; e
- III** – A oportunidade do exame/pronunciamento.

Parágrafo único. As obras e serviços públicos de engenharia deverão ser selecionados para fins de fiscalização, através de Matriz de Risco/Achados e da programação anual de auditoria do TCM-PA, estabelecidos em ato próprio.



ESTADO DO PARÁ **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Art. 7º. A estrutura organizacional do NUFOP, será composta de 01 (um) Coordenador, 09 (nove) analistas, com a formação nas áreas de engenharia, arquitetura, direito e contabilidade, 03 (três) estagiários e 01 (um) servidor de apoio administrativo.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Reunião da Presidência, 20 de março de 2017.

Luiz Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente

José Carlos Araújo
Conselheiro / Corregedor

Aloísio Augusto Lopes Chaves
Conselheiro / Ouvidor

Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro

Antonio José Guimarães
Conselheiro

Francisco Sérgio Belich de Souza Leão
Conselheiro

Obs. [Texto não substitui o publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, em 19 de maio de 2017, Ano I, nº 99.](#)